



ESCRITA E MEMÓRIA: OS COPIADORES DE CARTAS DE DOM JOAQUIM FERREIRA DE MELLO

Cristiéle Santos de Souza¹

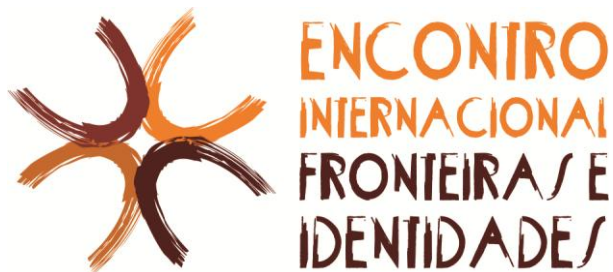
Resumo

Joaquim Ferreira de Mello, Bispo de Pelotas entre os anos de 1921 e 1940, copiou e organizou sua correspondência expedida em livros copiadores de cartas, por mais de vinte anos, reunindo o acervo epistolar que compõe o objeto deste estudo. A análise do acervo buscou compreender, por meio das evidências deixadas nos processos de escrita e arquivamento de cartas, o lugar que o texto epistolar ocupou no ambiente clerical vivido por Dom Joaquim na primeira metade do século XX, e sua relação com a apropriação desses textos como suporte para discursos memoriais, ora relativos ao indivíduo que os produziu, como um “arquivamento de si”, ora relativos à instituição que os preservou, como um “dever de memória”. Para isso, o acervo foi analisado em três momentos distintos e complementares, referentes aos processos de arquivamento, escrita e preservação do conjunto de cartas. Neste trabalho proponho discutir o primeiro desses momentos, a constituição e a organização dos copiadores de cartas, bem como sua relevância como parte de um discurso memorial e institucional.

No estudo das cartas, assim como no estudo de outros documentos indiciários, é comum a busca por classificações e nomenclaturas capazes de atribuir sentido e organizar cada informação no seu “devido lugar”. Assim, conjuntos de cartas passam a compor coleções, acervos, ou mesmo matéria-prima para estudos biográficos. Essas formas de organização, acabam por estabelecer fronteiras, ainda que frágeis, onde antes só havia fragmentos de diálogos interrompidos pelo tempo, mas preservados por uma intenção de memória. Ainda que essas fronteiras contribuam para uma leitura qualificada do acervo, elas também acabam por inserir a escrita epistolar em uma nova narrativa organizada pelo pesquisador, que precisa estar ciente de que esses documentos, ainda que produzidos na esfera privada, são produções discursivas e podem dar, e muitas vezes dão, suporte para evocações memoriais.

Cabe ressaltar, também, que o acesso que se tem à compreensão da carta como objeto do comércio epistolar é limitado pelo ato de ler, e que a “leitura é sempre uma prática

¹ Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural – UFPel, cristiele.hst@gmail.com.br



encarnada em gestos, espaços e hábitos” (CHARTIER, 1991, p. 178), construídos socialmente e balizados por injunções sociais e culturais que incluem a “busca por reconhecimento” e o “dever de memória”². Busca e dever que apoiados em discursos e suportes de memória acabam por compor um repertório de representações do passado e manifestações memoriais coletivas, isto é, “um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo” (CANDAU, 2012, p.24). Da mesma forma, a guarda e a preservação desses documentos, por seus autores e destinatários, configura, também, uma forma de filiação com o próprio passado, ou seja, uma forma de “arquivamento de si” (ARTIÈRES, 1998).

Pensadas e produzidas para um leitor específico, as cartas que sobrevivem ao desgaste do tempo e às intenções de descarte, passam a compor um conjunto de documentos cuja leitura suscita o que Angela de Castro Gomes denominou “ilusão de verdade”, ou seja, certa noção de realidade resultante do fato desses documentos serem provenientes do cotidiano, do espaço do lar e das pessoas comuns. Para a autora, essa ilusão de verdade é perigosa, pois está relacionada a uma das principais especificidades dos documentos pessoais, isto é, “[...] uma espécie de contato próximo com os sujeitos da história” (GOMES, 1998, p.126).

Nesse sentido, pensar a carta como uma produção discursiva historicamente situada, isto é, como uma narrativa resultante da relação de sociabilidade estabelecida entre os correspondentes por meio de um diálogo por escrito, ou ainda, como resultado da relação desses correspondentes com o ambiente em que viviam, possibilita pensá-la como um testemunho. De outro modo, pensar a carta como um legado, como um instrumento de comunicação elaborado de acordo com as prescrições do gênero epistolar, ou ainda, como um texto organizado de acordo com as demandas presentes, possibilita, também, compreendê-la como um documento. Esta dupla condição que acompanha a escrita epistolar – testemunho e documento – faz com que a carta seja pensada ora como um objeto de estudo para a história, ora como manifestação da memória. Na obra *A memória, a história e o esquecimento*, ao analisar a relação entre a história e a memória diante da noção de verdade, Ricoeur (2007) aponta que, no exercício da memória, a experiência-chave é o reconhecimento. É justamente no ato de reconhecer uma lembrança que está a noção de verdade e de testemunho. De acordo

² De acordo com Ledoux (2009), a noção de “dever de memória” apresenta-se como um movimento do não esquecimento e se manifesta, principalmente, no plano discursivo, como uma política de reconhecimento do sofrimento e de ascensão da vítima e do seu direito à memória.



com essa premissa, a escrita epistolar não pode ser compreendida como uma evocação da memória, ao menos em um primeiro momento, pois seu texto é sempre dirigido para o futuro, isto é:

Escrever uma carta é mandar uma mensagem para o futuro; falar a partir do presente com um destinatário que não se encontra ali, que não se sabe como estará (em que estado de espírito, com quem) enquanto lhe escrevemos e, principalmente, depois, ao ler-nos. A correspondência é a forma utópica da conversa, porque anula o presente e faz do futuro o único lugar possível do diálogo (PIGLIA, R. *apud*. MIRANDA, 1995, p.111).

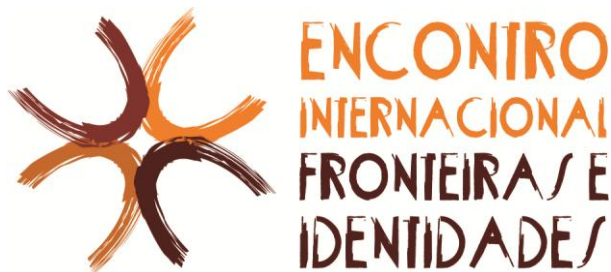
De outro modo, a carta também é um espaço de confissões e, portanto, de narrativas provenientes do ato de rememorar. Ela pode, assim, documentar o reconhecimento de uma lembrança. Da mesma forma, a leitura de uma carta pode inspirar o reconhecimento do passado e a rememoração. Não há dúvidas, porém, de que ela constitui um objeto de estudo para a história, pois contém não apenas uma narrativa dos acontecimentos, como também carrega em sua materialidade os vestígios da prática e das funções desempenhadas pela escrita epistolar.

Nesse sentido, cabe pensar o conjunto de cartas escritas e organizadas por de Dom Joaquim Ferreira de Mello em pelo menos dois pontos de análise, o primeiro ponto refere-se ao processo de constituição e guarda do conjunto de cartas, como um movimento de reconhecimento e busca por uma memória de si; o segundo ponto refere-se a carta como um discurso fixado pela escrita integrando narrativas memoriais que abordam tanto a figura de Dom Joaquim como Bispo de Pelotas, como sua relevância para uma memória institucional.

Dom Joaquim e seus Copiadores de Cartas

Na tarde do dia 14 de novembro de 1921, a cidade de Pelotas recepcionava seu novo bispo, Joaquim Ferreira de Mello, que tinha a função de dar continuidade ao trabalho desenvolvido por Dom Francisco de Campos Barreto, o primeiro bispo desta diocese. O discurso de boas vindas transcrito no jornal católico “A palavra” de 19 de novembro do mesmo ano trazia a seguinte referência às origens do novo bispo:

Vindes do Ceará, a terra calcinada pelo sol, torturada pela seca, martirizada pela fome numa luta incrível e quase sobre-humana em que seus filhos se avantajaram à própria natureza, no combatê-la e vencê-la com o amor entranhado ao seu torrão natal, com o heroísmo que zomba dos sacrifícios e que sobrepõe a todas as vicissitudes a coragem, a perseverança e a resignação. (MENDES, 2004, p. 67)



O novo bispo, cujas origens inspiravam curiosidade, trazia na bagagem, não apenas a experiência de vinte e três anos de vida sacerdotal, mas também um conjunto de livros copiadores de cartas nos quais mantinha copiadas e organizadas as cartas que escrevia. Este hábito o acompanharia por toda a vida e legaria para o futuro um conjunto de aproximadamente sete mil cartas escritas entre os anos de 1915 e 1940.

Joaquim Ferreira de Mello nasceu em 31 de agosto de 1873 no povoado Sítio São José, localizado entre o Crato e o Juazeiro.³ Filho de uma família abastada, proprietária de terras e de engenhos, ele iniciou seus estudos no sítio da própria família, tendo como preceptor o Professor Dr. Manuel de Souza Rolim⁴, o qual teria sido o responsável por iniciá-lo na leitura dos clássicos e do latim.

Em 1890, já com 17 anos, Joaquim ingressou no Seminário Menor São José, na cidade do Crato⁵, o qual tinha como reitor, Monsenhor Francisco Monteiro e como padres formadores os Padres Quintino Rodrigues de Oliveira e Joaquim Sother. O referido seminário fechou as portas no ano seguinte forçando a transferência de seus internos para outros seminários na região. Diante dessa situação, Joaquim foi transferido para o Seminário Episcopal de Olinda, onde concluiu os estudos preparatórios e iniciou o curso de Teologia. No ano de 1897, ele recebeu a primeira tonsura, as ordens menores e o diaconato⁶, para, no ano seguinte, ser ordenado sacerdote pelo então Bispo da Diocese de Olinda, D. Manuel dos Santos Pereira. Alguns anos depois, quando ocupava cargo de Vigário Geral da Arquidiocese de Fortaleza, Joaquim Ferreira de Mello foi nomeado bispo para a Diocese de Pelotas.

Escrever cartas era uma exigência do cargo que Dom Joaquim veio a ocupar, uma vez que somadas aos telegramas, as cartas configuravam a principal forma de comunicação entre os membros do clero local e da diocese com a Nunciatura Apostólica. No entanto, o hábito de

³ Os dados referentes ao nascimento de Joaquim Ferreira de Mello provêm de seu registro de batismo disponibilizado na obra biográfica *Dom Joaquim Ferreira de Melo 2º Bispo de Pelotas e a fundação do Seminário São Francisco de Paula*, 2006. No mesmo registro consta como celebrante Padre Cícero Romão Batista. Este dado não consta na primeira biografia de D. Joaquim publicada em 1963.

⁴ De acordo com Monsenhor Souza (1964, 15), primeiro biógrafo de D. Joaquim, Dr. Rolim era um grande conhecedor da literatura latina, pedagogo e cientista de renome em todo o nordeste do país. Teria chagado ao sítio da família Ferreira de Mello fugindo da seca de 1877-1879.

⁵ Hoje chamado Seminário Episcopal do Crato (MENDES, 2006, p.59).

⁶ Após o Concílio Vaticano II são reconhecidos três graus da ordem clerical, a saber: o diaconato, o presbiterado e o episcopado. Anterior a isto, porém, havia as chamadas ordens menores através das quais os candidatos ao presbiterado eram iniciados no estado clerical, sendo a *Primeira Tonsura* um ritual de introdução do candidato ao clero, bem como, seu comprometimento com uma diocese e ou ordem religiosa. Com as modificações Conciliares, as ordens menores foram extintas, dando lugar a ministérios, os quais não conferem grau ao candidato, bem como não o introduzem no estado clerical, o que acontece somente com o diaconato.



manter uma vasta correspondência, copiada e arquivada cronologicamente, acompanhava Dom Joaquim desde os tempos em que ele ocupava o cargo de Vigário Geral, visto que as primeiras cartas arquivadas datam de 1915. Em uma de suas biografias, há referência à existência de cerca de onze mil cartas que teriam sido copiadas e arquivadas ao longo de 42 anos de vida sacerdotal (SOUZA, 1964). Das onze mil cópias de cartas mencionadas, pouco mais de um terço se perdeu ao longo dos anos. As aproximadamente sete mil cópias de cartas preservadas reúnem uma série de elementos que permitem perceber características da escrita epistolar de Dom Joaquim e critérios de organização do acervo.

Dono de um estilo leve e fluido de escrita, Dom Joaquim reuniu um conjunto de textos com temática diversa e abrangente, bem como um número expressivo de destinatários, em sua maioria membros do clero. Por meio de um fluxo constante de correspondências, ele organizava o funcionamento da diocese, a formação do clero, as obras assistenciais, as finanças da diocese, a distribuição de verbas para as paróquias, o funcionamento das irmandades e escolas para leigos e as relações com a Arquidiocese de Porto Alegre e a Nunciatura Apostólica. Além disso, era por meio das cartas que Dom Joaquim diminuía as distâncias e mantinha os vínculos com os amigos que ficaram no Ceará.

A correspondência de Dom Joaquim teve sua primeira organização por iniciativa do próprio escrevente, que fazia cópias de suas cartas particulares. Seu epistolário é composto por treze livros copiadores de cartas que podem ser observados a partir de duas partes distintas: a primeira compreende os onze primeiros livros, os quais reúnem cópias de cartas escritas entre 1915 e 1934 e parte do conjunto de cartas escritas entre 1935 e 1938.

Nos copiadores de Dom Joaquim foram arquivadas cartas formais, cartas informais, bilhetes, cobranças, cartas relatórios e demais correspondências sem uma classificação formal. Havia, contudo, uma preocupação em manter organizadas as informações referentes ao comércio epistolar⁷ estabelecido entre Dom Joaquim e seus correspondentes. Cada livro era organizado por um índice em ordem alfabética pelo nome do autor. Neste índice, era indicado o número de cartas enviadas para cada um dos correspondentes e a página em que cada cópia podia ser encontrada, como pode ser observado na figura a seguir:

⁷ De acordo com Gastaud (2009, p.38) comércio epistolar refere-se “[...] a simples troca de cartas, regular ou não, entre dois correspondentes”.



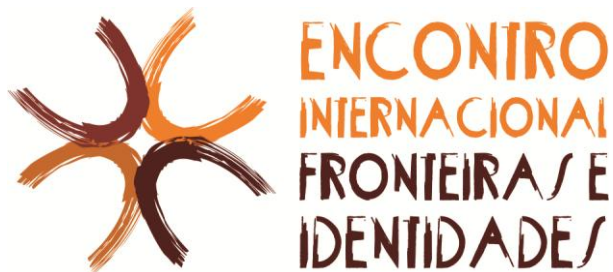
ENCONTRO INTERNACIONAL FRONTEIRAS E IDENTIDADES

6º Estab. de Hospit. 1. 10. 21. 30. 71.	
Bispo de Curitiba 82. 192. 249. 339. 553. 949.	
Parocho de Cangussu 90. 142. 169. 215. 281. 319. 341. 360. 433. 446. 465	C
Casa Cadete 107. 155. 184. 959.	D
Padres Carmelitas - Sr. Patricio 113. 131. 885. 951.	E
Mãe Inocência da Immaculada Carmelitas 111. 129. 256. 265. 286. 290. 333. 407. 488.	F ^{CO}
Carlos Arselli da Libera 127.	F
Parocho do Carmo - Sr. Lezimundo 132. 195. 241. 557. 592. 606. 658. 681. 715. 702.	G
Parocho de Caciambinhas 136. 570. 981.	G
Bispo de Curitiba 147. 229. 230. 484. 579. 632. 771. 787. 805.	H
Sup. Legal das Imms. de Curitiba de Maria 203. 481. 545. 548. 520.	I
D. Carlos Leão 257.	I
Obis. de Cuyabá 282.	J ^E
Bispo de Curitiba 342. 862.	J ^O
Mons. Leão Sany-ai 401.	J ^M
Bispo de Campinas 42. 51. 66. 139. 162. 161. 817. 835. 881. 936. 950.	J
Parocho de Cangussu 171. 197. 501. 551. 595. 623. 685. 690. 733. 758. 821.	K
Carmelitas (finais) Im. M. de F. Ter. reges 499.	L
M. Inocência das Carmelitas de Curitiba 500. 535. 541. 607. 661. 762. 796. 852. 884. 948. 971.	L ^M
M. Sup. do Arq. de Curitiba de Padre 577. 641. 866.	M
M. M. de Curitiba de Curitiba 545.	N
M. Bernadette (S. E. de Curitiba) 751.	O
Padres do Carmo de Curitiba (Fig. de Curitiba) 777. 786.	P
Im. M. de Curitiba de Curitiba (Carmelitas) 791.	P
Parocho de Curitiba 991.	P

Índice do Livro *Copiador de Cartas*

A segunda parte do acervo é composta por dois livros, os quais reúnem parte das cópias de cartas escritas entre 1935 e 1938 e das cartas escritas em 1939 e 1940. Ao contrário dos livros anteriores, estes não são livros apropriados para a cópia de cartas e documentos. As cópias de cartas são datilografadas, perfuradas e encadernadas com capa dura e presas por hastes de metal. Nelas, não há índice e as folhas não são numeradas.

O epistolário de Dom Joaquim cobre um período muito longo de sua vida e, conseqüentemente, traz consigo indícios das transformações ocorridas nos tempos e lugares nos quais ele viveu. Da mesma forma, o processo de cópia e arquivamento dessas cartas



deixou indícios por meio dos quais é possível perceber, ainda que de forma fragmentária, a importância que Dom Joaquim atribuía aos seus escritos e as informações que ele acreditava que deveriam ser preservadas. Embora o ato de arquivar cópias das cartas enviadas fosse uma prática bastante recorrente, no período compreendido pelo epistolário estudado e, o trabalho exercido pelo missivista exigisse que as cartas relativas ao cotidiano da diocese fossem arquivadas, o conjunto epistolar reunido por Dom Joaquim apresenta características que o qualificam como um objeto de estudo tanto no que concerne ao seu arquivamento, como no que diz respeito à escrita epistolar como discurso. O epistolário inclui cartas de um período anterior à sua nomeação como bispo e uma vasta correspondência pessoal que é arquivada junto às demais. Assim, é possível pensar este epistolário como um acervo autorreferencial, uma vez que não há um limite claro entre o que seria a produção escrita na esfera privada e a produção relativa à atividade episcopal, portanto produzida na esfera pública.

Quando a escrita e a memória se confundem

No quarto ano de seu bispado, Dom Joaquim escreveu a um de seus correspondentes desculpando-se por ter enviado uma carta datilografada. Como motivo para tal descortesia, ele mencionou o fato de que por falta do livro copiador, precisou utilizar a máquina de escrever para obter mais facilmente a cópia desejada, e ainda concluiu dizendo: “como sabes, eu tenho, além da necessidade, a mania de copiar as minhas [cartas] e documentos que não ficam registrados na Cúria”⁸.

Os motivos para que um clérigo arquite a sua correspondência expedida são muitos, no entanto esta “mania de guardar” contribuiu para que Dom Joaquim copiasse e organizasse a sua correspondência por mais de vinte anos, compondo um conjunto de milhares de cartas, que, embora limitadas pelas exigências da vida religiosa, constituem um esforço de ordenamento e guarda dos seus feitos e lembranças, uma vez que ao arquivar o que a instituição – Igreja Católica – entendia que não devia ser arquivado, Dom Joaquim desafiou as normas estabelecidas e construiu um acervo epistolar pessoal, confirmando, assim, a ideia de que “arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo” (ARTIÈRES 1998, p.29).

⁸ Carta de 16 de maio de 1924, Acervo D. Joaquim.



Composto por livros, cartas, rascunhos, fotografias, dentre outros papéis resultantes de uma vida cercada por letras, o acervo Dom Joaquim, preservado no Seminário São Francisco de Paula, em Pelotas, apresenta indícios de que assim como os chamados “homens de letras”, ou seja, homens voltados para o estudo, para a leitura e para a vida em gabinetes (CHARTIER, 1996, p. 160), Dom Joaquim constituiu uma “memória de papel” (CUNHA, 2008, p. 118).

As cartas de Dom Joaquim são pensadas, assim, como parte de um contexto clerical, o qual inclui não apenas a vida consagrada, mas também a relação do clero com a comunidade católica leiga e com a comunidade não católica. Ao copiar e guardar as suas cartas, fossem elas de ordem pessoal ou institucional, Dom Joaquim criou a possibilidade de constituição de uma memória para a posteridade. Ao criar mecanismos de organização, tais como o índice e a numeração das cartas enviadas, ele estabeleceu caminhos nos quais outros leitores, além de seus correspondentes, podem percorrer, empreendendo um processo de interpretação e atualização desses registros para enfim torná-los suportes de memória. De outro modo, as cartas compreendidas como testemunhos de uma época podem integrar discursos e buscas memoriais, com o propósito de legitimar a ideia de uma memória coletiva, ou, no caso das cartas de Dom Joaquim, de uma memória institucional.

A ideia de uma memória institucional está para a instituição, como a ideia de uma memória coletiva está para a sociedade, isto é, ambas configuram estratégias identitárias consolidadas no discurso de uma memória transmitida e compartilhada. Sendo assim, não é possível pensar a memória institucional como uma faculdade, pois dessa forma seria necessário que todos os membros da instituição lembrassem os mesmos acontecimentos da mesma forma, ou seja, seria necessário aceitar a eficácia de uma transmissão de memórias, a qual, de acordo com Joel Candau (2012, p.106),

[...] jamais será pura ou ‘autêntica’ transfusão memorial, ela não é assimilada como um legado de significados nem como a conservação de uma herança, pois para ser útil as estratégias identitárias, ela deve atuar no complexo jogo da reprodução e da invenção, da restituição e da reconstrução, da fidelidade e da traição, da lembrança e do esquecimento.



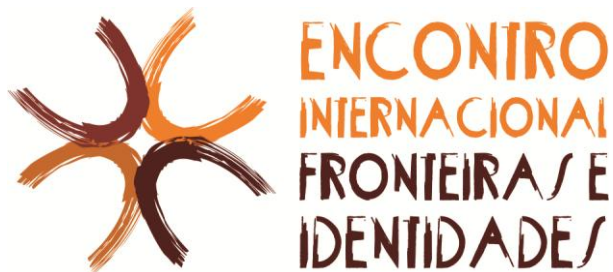
A memória institucional seria, em última instância, uma representação, uma forma de “metamemória”⁹, isto é, um discurso proferido por alguns membros da instituição a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desta instituição. A organização desses discursos sobre uma memória comum a toda a instituição é, ao mesmo tempo, parte de uma política de gestão do seu patrimônio histórico e, parte de uma afirmação identitária. Se ao arquivar a própria vida o sujeito constrói uma narrativa memorial com o propósito de firmar a imagem pela qual será lembrado, ao organizar os fragmentos de sua história, as instituições também o fazem, organizando seus acervos, proferindo discursos e evidenciando alguns sujeitos e acontecimentos em detrimento de outros.

Depois da morte de Dom Joaquim, em 1940, todos os seus pertences permaneceram sob a custódia do Seminário São Francisco de Paula, que foi planejado e erigido durante seu bispado. O acervo ocupou diversos espaços na instituição até que em 1989, por ocasião da comemoração dos 50 anos de fundação do Seminário, foi criado um pequeno museu onde foram expostos alguns dos seus pertences que sobreviveram ao tempo e às diversas mudanças na administração do Seminário, dentre esses pertences estava a sua correspondência. De acordo com a ata de visitas, o museu foi criado com a intenção de constituir-se em um espaço de homenagem e memória ao fundador da instituição.

No entanto, antes mesmo da inauguração do museu as cartas de Dom Joaquim já haviam dado suporte a outros discursos acerca da memória da instituição e da imagem de Dom Joaquim como Bispo Diocesano. Em 1963, foi publicada nos Cadernos do Cariri, Série Biografias, a obra *Dom Melo*, de autoria do Monsenhor Francisco Silvano de Souza¹⁰. Publicada no Rio Grande do Sul apenas em 1964, por iniciativa da Diocese de Caxias do Sul, sob o título *Dom Joaquim Ferreira de Melo: 2º Bispo de Pelotas*, a obra configura um exemplar de narrativa memorial na qual as transcrições dos discursos e das cartas de Dom Joaquim são utilizadas como suportes de memória.

⁹ De acordo com Joel Candau (2012, p. 23 – 25) “A metamemória, que é, por um lado, a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela e, de outro, o que diz dela, [...] enquanto no que se refere ao coletivo é um enunciado relativo a uma descrição de um compartilhamento hipotético de lembranças.”

¹⁰ Padre da Diocese do Crato, Monsenhor Francisco Silvano de Souza trabalhou como professor no Seminário Arquiepiscopal de Fortaleza durante o período em que Joaquim Ferreira de Mello atuou como Vigário Geral na mesma Arquidiocese. Em outubro de 1921 acompanhou Dom Joaquim na mudança para Pelotas e permaneceu nesta diocese por 39 anos (MENDES, 2004, p.66).



Exemplares da obra de Monsenhor Souza fazem parte do acervo do Museu Dom Joaquim e estão disponíveis para consulta na biblioteca do Seminário São Francisco de Paula, contribuindo para a concepção de uma memória institucional, pois a memória do Seminário está, em muitos aspectos, vinculada à vida e à obra de seu fundador. Em 2004, a obra *Dom Joaquim Ferreira de Melo. 2º Bispo de Pelotas e a Fundação do Seminário São Francisco de Paula: uma introdução*, sob a autoria de Fábio Ranieri da Silva Mendes, retomou a relação existente entre a memória do Seminário e a figura de Dom Joaquim. Mais uma vez, as cartas construíram a base para um discurso memorial, agora também influenciado pela obra de Monsenhor Souza. Dividida em três capítulos, a saber: Visão sobre a realidade histórica da Igreja de Pelotas, Dom Joaquim Ferreira de Melo “Segundo Bispo de Pelotas” e Fundação do primeiro Seminário da Diocese de Pelotas, a obra retoma a relevância das cartas para a compreensão do que pensava e de como agia Dom Joaquim.

Por fim, cabe pensar que embora as cartas não sejam textos produzidos com a finalidade de conter dados biográficos ou memoriais, o gesto de guardá-las inaugura a possibilidade de pensá-las como suporte de memória e instrumentos de evocação memorial, tanto para o indivíduo que as produziu como para pessoas ou instituições que se sintam representadas por elas. A inserção das cartas de Dom Joaquim em um discurso memorial que fundamentou a criação de um museu no Seminário São Francisco de Paula, bem como a sua utilização como testemunho do caráter e das ações de Dom Joaquim, como parte de textos biográficos, evidencia que a leitura de uma carta pode facilmente gerar uma “ilusão de verdade”, bem como pode dar legitimidade a discursos promotores de uma memória institucional.

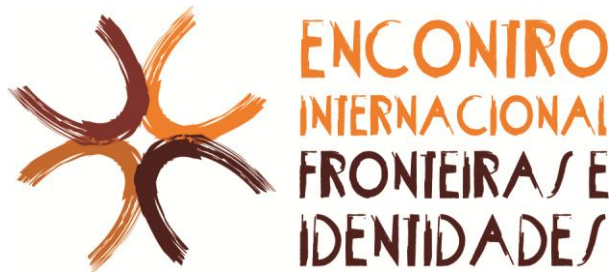
Referências Bibliográficas

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricas**, vol.11, n. 21, p.9-34, 1998.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, n. 11(5), p.173-191, 1991.

_____. L’Homme de Lettres. In. VOVELLE, M.(org.). **L’Homme de Lumières**. Paris: Éditions du Seuil, 1996.



- CUNHA, Maria Teresa S. Essa coisa de guardar... homens de letras e acervos pessoais. **História da Educação (ASPHE)**, v. 12, n. 25, p. 109-130, 2008.
- GASTAUD, Carla Rodrigues. **De Correspondências e Correspondentes: Cultura Escrita e Práticas Epistolares no Brasil entre 1880 e 1950**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2009.
- GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Revista Estudos Históricos**, vol. 11, n. 21, p. 121- 127, 1998.
- LEDOUX, Sebastien. **Pour une genealogie du devoir de mémoire**. Paris, Centre Alberto Benveniste, février 2009.
- MENDES, Fábio Ranieri da Silva. **Dom Joaquim Ferreira de Melo 2º Bispo de Pelotas e a fundação do Seminário São Francisco de Paula: uma introdução**. Pelotas: EDUCAT, 2006.
- MIRANDA, Wander Mello (org). **A trama do Arquivo**. Belo Horizonte: UFMG, 1995.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- SOUZA, Francisco Silvano de. **Dom Joaquim Ferreira de Melo 2º Bispo de Pelotas. Caxias: Imprimi potest**, 1964.